

289

TRABALHOS DE CIÊNCIAS SOCIAIS

A FAMÍLIA TRABALHADORA

Klaas A.A.W. Woortmann

Série Antropológica nº 40

Brasília/1984

Durante a década de 70, e nos primeiros anos da atual, foram realizados vários estudos focalizando o que se convencionou chamar de "setor informal", ou mercados de trabalho não formalizados. No mesmo período uma série de estudos em antropologia urbana no Brasil, voltou-se para o estudo da família na classe trabalhadora, enfocando-a, ou ao grupo doméstico, como "workteam", como unidade de reprodução social e como organizadora de recursos de força de trabalho. Esse último conjunto de pesquisas também enfatizou o "setor informal" como mercado de trabalho.

Nos países do Terceiro Mundo, e mesmo nos do Primeiro, o desenvolvimento capitalista não eliminou outras formas de produção, não-capitalistas. Tanto a reprodução — e em algumas situações, a expansão — da produção camponesa, como a de formas urbanas de produção doméstica simples de mercadorias foi estimulada pelo próprio processo de acumulação capitalista. De fato, aquelas formas de produção simples parecem alimentar, de diferentes maneiras esse mesmo processo.

Os mesmos estudos, assim como aquele que estamos atualmente coordenando, relativo à produção "artesanal" no DF, revelam também que não se pode equacionar "setor informal", ou produção doméstica, com marginalidade, sub-emprego ou pobreza. Essas atividades frequentemente constituem, não estratégias de sobrevivência, mas mecanismos de acumulação e de ascensão social.

Em vários países do Terceiro Mundo, e também, em parte, no Brasil, as pesquisas sobre o "setor informal" se realizaram sob os auspícios da OIT, ou inspirados nas monografias realizadas para aquela organização internacional, como as de Hart (1971) e de Weeks (1975). Muito embora tais pesquisas tenham, segundo Moser (1978), deslocado a ênfase do estudo do desemprego para o do emprego, não conseguiram, de uma maneira geral, libertar-se de uma ótica dualista que permeia inclusive o modelo analítico elaborado pelo geógrafo brasileiro Santos (1973). Tal ótica foi criticada por Oliveira (1977) em já famoso ensaio de crítica à razão dualista.

Igualmente tenderam as análises a se prender a uma percepção do "setor informal" como alternativa ao desemprego. Se essa dimensão é verdadeira e se é verdadeiro o fato de que boa parte

dos produtores informais são pobres, não é menos verdadeiro que aquele "setor" é também uma alternativa ao emprego e que no seu interior se constroem carreiras ascendentes e se realiza um processo de capitalização.

Não é nosso objetivo, aqui, revisar criticamente a bibliografia sobre o "setor informal". Para tanto, remetemos o leitor ao artigo crítico de Moser (1978).

De uma maneira geral, sob o rótulo de "setor informal" foram agrupadas atividades variadas, desde a produção doméstica até a pequena empresa clandestina (não-familiar); desde formas artesanais de produção até formas capitalistas. No entanto, o "setor informal" foi quase sempre definido por oposição ao capitalismo, isto é, como imagem invertida do "setor formal" (supostamente capitalista). Percebido por negação, ele seria aquilo que o "setor formal" não é. Repetia-se, assim, o tipo de conceituação comum em determinada sociologia relativamente à produção camponesa, ou seja, por oposição ao capitalismo; ou de determinada antropologia, por oposição à "economia primitiva". Se no caso do campesinato, essa percepção tenha sido superada pela busca de uma lógica própria da produção-reprodução camponesa⁽¹⁾, o mesmo não se fez, a não ser em poucos casos, com relação ao "setor informal"⁽²⁾.

Algumas tentativas de criar um "status" teórico para a noção de "setor informal" foram particularmente infelizes, como a de Davies (1979), que tentou erigi-lo em modo de produção, também definido dicotomicamente por aquilo que o modo de produção dominante — o "setor formal" — não é, o que apenas reflete a dificuldade com que se defronta uma sociologia espontânea ao lidar com categorias abstratas.

(1) Essa lógica não se restringe à dimensão econômica, tal como analisada no trabalho clássico de Chayanov, mas se realiza também no plano do "habitus" e das estratégias matrimoniais (Bourdieu, 1977: 1980), ou no plano da construção de um capital simbólico e cognitivo.

(2) No Brasil poderíamos citar os trabalhos de Machado da Silva (1971) e de Souto de Oliveira & Santos Prado (1975) que focalizam essa lógica interna do "setor informal".

No entanto, essa mesma visão empirista levantou alguns pontos básicos que poderiam ser resumidos como se segue:

- 1) O "setor informal" possibilita ocupação remunerada a uma parcela dos novos contingentes que ingressam no mercado de trabalho urbano, e daqueles que são expelidos do mercado de trabalho capitalista. De certa forma, o "setor informal" operaria no sentido de sustentar um "exército de reserva";
- 2) Ao invés de constituir um "terciário improdutivo", ele supre a cidade de uma série de bens e serviços não cobertos pelo "setor formal", ou a custos e preços mais baixos que os deste. Por outro lado, ele produz bens de consumo que podem ser adquiridos pelas camadas de mais baixo poder aquisitivo, contribuindo para o rebaixamento do custo de reprodução da força de trabalho empregada pelo capital;
- 3) Ele produz insumos para as próprias empresas "formais" capitalistas;
- 4) Ele tende a gerar mais empregos que as empresas "formais", e é capaz, também, de gerar lucros e um processo de capitalização;
- 5) Ele é frequentemente uma alternativa vantajosa ao emprego assalariado, e não apenas um refúgio contra o desemprego. Se desde uma ótica capitalista ele se afigura como "subemprego", esse não é necessariamente o ponto de vista de seus ocupantes.

Ao invés de se pensar um "setor informal", poderia-se pensar um sistema não formalizado de reprodução social em sentido mais amplo. Tal sistema, ainda por ser estudado em sua totalidade, incluiria não apenas mercados de trabalho, mas igualmente um sistema de cuidados de saúde, modalidades informais de assentamento urbano, formas de educação e treinamento profissional, um direito consuetudinário — a "lei do morro", nas favelas cariocas, por exemplo — etc.

A idéia de mercados de trabalho não formalizados foi

proposta por Machado da Silva (1971) e se constituiu em alternativa à teoria da marginalidade, então em grande voga. Por sistemas de saúde entendemos não apenas as práticas — e as teorias — médicas tradicionais, estudadas por Novión (1976) como também as estratégias de manipulação do sistema de saúde oficial, tal como analisadas por Costa (1978) e Soares (1980). Por padrões de assentamento entendemos a organização social e econômica de invasões e favelas por posseiros urbanos. Sistemas de educação incluem formas de escolarização paralelas ao sistema oficial e outras modalidades de transmissão do saber.

A expressão "não formalizados" deve ser tomada com reservas. Ela expressa uma não-conformidade (o que não significa inconformismo) relativamente aos códigos e ao saber dos grupos dominantes da sociedade, e não a ausência de códigos próprios relativos a uma lógica interna. Pelo contrário, deste último ponto de vista, podem ser altamente formalizados; pelo menos, possuem suas regras próprias.

Neste trabalho iremos nos ocupar apenas de mercados de trabalho e de modalidades de produção; ao invés de pensarmos um setor da economia, preferimos pensar um conjunto de atividades produtivas onde predomina a produção familiar ou o trabalho autônomo (frequentemente pseudo-autônomo, como mostra Scott (1979). São relações articuladas com, e subordinadas ao modo de produção dominante. Além disso, são formas que podem evoluir no sentido de uma produção capitalista e, eventualmente, tornarem-se "formais".

De uma maneira geral, os dois conjuntos de pesquisas a que nos referimos focalizam, seja o "setor informal", seja a família, como determinados pelo capital. Ambos se pautaram, em última análise, pela lógica do capital: o "setor informal" reproduzido pelo capital, alimenta a acumulação deste; a família do trabalhador, "criada" pelo capital, reproduz a força de trabalho para o mesmo capital. O que pretendemos aqui não é considerar o papel da família para a reprodução do capital ou da força de trabalho, mas sim considerar o significado da articulação entre ambos os chamados "setores" (formal e informal), pelo grupo doméstico, para a reprodução

dução da família.

Idealmente, caberia ao pai de família assegurar a reprodução dos membros da família através de seu trabalho, enquanto a dona de casa caberia o gerenciamento do consumo doméstico, não menos necessário para tal reprodução. No entanto, salários insuficientes e instabilidade empregatícia fazem com que a renda do pai não cubra o "gasto", pondo em risco a reprodução da própria família. Reorganiza-se então o grupo doméstico, enquanto unidade econômica, para reproduzir a família enquanto categoria ideológica. A estratégia básica é a articulação entre o "emprego" (trabalho assalariado) e o "serviço" (trabalho autônomo), para usarmos as expressões do grupo estudado por Melo Marin (1979)⁽¹⁾, e entre ambos e os "afazeres domésticos", todos igualmente importantes para a reprodução da família. Tal articulação se faz, ao longo do tempo, pelo grupo doméstico e é este, e não o indivíduo, que deve constituir a unidade de análise. O grupo doméstico, por outro lado, age segundo os princípios da família, que constitui a referência ideológica de sua atuação.

A família trabalhadora como um "workteam" surge como resposta desenvolvida pela classe trabalhadora para movimentar-se no espaço social condicionado pelo capital, ao mesmo tempo que cria espaços. A lógica do capital age sobre o parentesco e sobre os papéis sexuais, e estes por sua vez informam estratégias desenvolvidas por aquela classe para minimizar sua subordinação. A família existe no interior de uma situação de classe que sobredetermina o conteúdo específico dos princípios gerais do parentesco e dos papéis familiares, notadamente os de pai de família e de dona de casa, assim como a especificidade da articulação entre a produção de valores-de-uso e de valores-de-troca através desses papéis. A

(1) Em outro plano, como ressalta a autora, o "serviço" se opõe ao trabalho "por conta própria", na medida em que o primeiro é visto como complementar ao emprego, enquanto que o último é visto como podendo substituir o emprego. Neste sentido, nossas observações indicam que do "serviço" pode-se passar para o "trabalho por conta própria" ou para a produção familiar.

família trabalhadora supõe então um grupo doméstico como unidade de consumo planejado e como organização voltada para a otimização do emprego de seus recursos de força de trabalho. Distribuir essa força de trabalho através tanto do mercado de trabalho assalariado do como do mercado de "serviços", ou alocá-la à produção doméstica de mercadorias é um dos aspectos centrais dessas estratégias.

A produção doméstica, assim como o trabalho "por conta própria"⁽¹⁾, sendo de natureza não-capitalista, não tendo que realizar o lucro médio e não repousando sobre o trabalho assalariado, pode basear-se na auto-exploração e na super-exploração da força de trabalho familiar⁽²⁾. Disto pode resultar, como aponta Cavalcanti (1978) um crescimento "involutivo". Mas pode resultar também um crescimento evolutivo para formas tendencialmente capitalistas. Bancas, armazéns, oficinas que são hoje estabelecimentos "formais", explorando o trabalho assalariado, começaram como pequenos negócios no interior de uma invasão ou num fundo de quintal, com base numa divisão de trabalho familiar. Se o empreendimento deixa de se fundar na auto-exploração ele teve nela seu ponto de partida, numa trajetória informada em determinada etapa por um código familiar. Mas, de outro lado, o desenvolvimento dessas atividades tem também como suposto o emprego assalariado, igualmente como ponto de partida, como será visto mais adiante. Não menos central nesses projetos familiares é o papel da *dona de casa*.

A oposição complementar entre os papéis de *pai de família* e de *dona de casa* não é apenas uma questão de ideologia. É também o resultado da contradição entre o preço da força de trabalho — o salário — e o custo de reprodução da família. Se o salário correspondesse a esse custo, através dele poderia se realizar o

-
- (1) Ainda que este possa se realizar individualmente, sem o concurso direto de outros membros da família, ele pode ter uma base doméstica, isto é, realizar-se na casa. Por outro lado, mesmo que individualmente ele supõe uma reorganização do grupo doméstico.
- (2) Isto pode significar a emergência de contradições internas ao grupo familiar, que necessariamente resolvidas pela ética da reciprocidade.

pai de família, e o trabalho da esposa-mãe, seja o remunerado seja o doméstico, adquiriria outro significado social e simbólico. Na classe trabalhadora, contudo, os papéis no grupo doméstico são econômicos — inclusive o trabalho não pago da *dona de casa* enquanto tal — ainda que expressos por uma linguagem de parentesco e por um código de gênero, isto é, por uma dimensão ideológica.

O grupo doméstico deve produzir tanto valores-de-uso quanto renda monetária, não só para reproduzir sua força de trabalho, mas também para reproduzir a *família*. A articulação necessária entre a produção de valores-de-uso e de mercadorias — inclusive a força de trabalho — é o princípio organizador básico do grupo doméstico, através de seus papéis centrais. A insuficiência do salário introduz, no entanto, contradições nesse sistema forçando uma redefinição de papéis no grupo doméstico, na medida em que a *dona de casa* é obrigada a ganhar dinheiro. A mulher, porém, não trabalha apenas para complementar os ganhos do marido. Seu trabalho se inscreve igualmente em projetos de ascensão social e de "acumulação". Neste sentido, também, não deixa o grupo doméstico de ser uma organização estratégica, pois ele estará orientado para "produzir" uma *família* nos moldes de um modelo ideal a ser atingido no futuro. Para tanto também contribuirá o trabalho dos filhos. Na maioria dos casos, porém, o que se objetiva é garantir, no presente, um mínimo de realização dessa *família*. Para um ou outro objetivo, as atividades chamadas "informais", são fundamentais.

Salários insuficientes também forçam o marido a acrescentar trabalho adicional à sua jornada normal. Ser *pai de família* significa prover a família com comida e com casa. Significa também "garantir o futuro da família", o que é em boa medida simbolizado pela casa própria⁽¹⁾. Mas significa, sobretudo sustentar a família sem que a *dona de casa* tenha que trabalhar; ou pelo menos, de modo que sua contribuição continue como apenas "ajuda". Para isso, o pai combinará ao trabalho assalariado um "serviço"; assim fazendo,

(1) Sobre o significado da casa própria para a reprodução social e ideológica da família, ver Woortmann, 1982.

como mostra Barbosa Alvim, ele será também chefe de família:

"Como o salário de uma maneira geral é insuficiente para o cumprimento das obrigações de pai de família, os operários tem uma categoria, a de chefe de família, que expressa não só a 'responsabilidade' do pai mas também sua autoridade na reprodução econômica do grupo. Cabe ao chefe de família ser capaz de desempenhar seu papel com relativa eficiência para que haja um reconhecimento social desse desempenho. ... Cabe ressaltar que a autoridade do homem com relação a sua mulher e filhos..., e função da capacidade deste no cumprimento do papel que lhe é atribuído. Neste sentido, podem ser encontrados grupos domésticos onde o papel da mãe vai se sobrepor ao papel do marido na condução da vida dos filhos e filhas em virtude de sua falta de eficácia no sustento da casa. As mulheres costumam admirar seus maridos que procuram outras formas de renda além do trabalho industrial, os maridos chefes de família que não dependem da mulher e dos filhos para o sustento da casa" (Cf. Barbosa Alvim, 1979:107-108; grifos nossos).

Com grande frequência, porém, a mulher trabalha. Altera-se assim o papel da dona de casa. Ela continua a governar o domínio doméstico, mas ao mesmo tempo torna-se organizadora de atividades geradoras de renda, seja como produtora direta ou mobilizando os membros do grupo doméstico para a produção. É importante observar que ela, que também é mãe nunca é inteiramente liberada dos "afazeres domésticos", isto é, da produção dos valores de uso necessários à reprodução da família. Por isso, a maioria das mulheres casadas trabalha "para fora", mais do que "fora" (Cf. Novión, 1980).

Cerca da metade das mulheres estudadas por Fausto Neto (1982) combinavam a atividade doméstica com o trabalho remunerado:

"Dentro de uma perspectiva meramente 'feminista', esses dados poderiam representar motivo de júbilo, uma vez que se veria neles um número crescente de mulheres iniciando seu processo de emancipação econômica. Entretanto, do ponto de vista da classe operária em geral, das famílias analisadas e mesmo das mulheres especificamente, tal situação pode ter uma conotação diametralmente distinta à situação de júbilo.

Em primeiro lugar, o fato de haver um número significativo de mulheres 'trabalhando' não quer dizer uma 'libertação do trabalho doméstico'. Pelo contrário, como fizemos questão de ir assinalando no decorrer das

considerações anteriores, o trabalho rentável, na maioria das vezes ... é conjugado com o doméstico, representando para as mulheres uma dupla jornada de trabalho. Assim, o que ocorre é uma situação de sobrecarga sobre a mão-de-obra feminina ou, em outras palavras, a integração das mesmas a uma perspectiva de 'mais trabalho'.

O que se vê, portanto, é uma superatividade da mulher que tenta organizar todas as horas de seu dia para compatibilizar as tarefas domésticas com algumas atividades que, de alguma forma, complementam o orçamento familiar. Na verdade, mais que uma emancipação econômica da mulher, o trabalho rentável feminino demonstra que a luta pela sobrevivência está exigindo esforços suplementares de alguns membros da família que, sem deixar suas atividades usuais, a elas adicionam novas frentes de trabalho (Cf. Fausto Neto, 1982:66-67; grifos no original).

Ao mesmo tempo, a mãe permanece no papel crucial de articuladora de rêdes de parentesco, básicas para a sobrevivência da família (Woortmann, 1975; Ridley, 1979).

A atividade produtiva da mulher, contudo, ameaça a posição do pai enquanto chefe. Mantendo a mulher sua atividade "tradicional"⁽¹⁾ e acrescentando-lhe uma participação ativa na formação da renda familiar, sua ascendência moral sobre a família cresce, enquanto o fundamento econômico da autoridade paterna pode ser minado. Por isso, quanto mais as pressões econômicas impõem a mulher para o trabalho remunerado, tanto mais crucial se torna para o homem combinar o salário com outras formas de rendimento, a fim de manter-se como pai e como chefe. Tanto para o marido como para a mulher, é no "setor informal" que será encontrada a solução.

As estratégias de trabalho de homens e mulheres seguem princípios distintos. A dona de casa combina preferencialmente a produção doméstica de valores-de-uso com a produção doméstica de mercadorias, enquanto o homem combina, ao menos durante uma das fases do ciclo vital do grupo doméstico, duas situações de merca

(1) Dessa atividade faz parte o papel fundamental de agente de saúde primário da família. Por outro lado, nela se incluem os componentes "expressivos" do papel de esposa-mãe que se opõe ao menos num plano ideal — aos componentes "instrumentais" dos papéis masculinos.

do: o trabalho assalariado e o trabalho por conta própria. Para ambos, então, se configura uma situação de sobrecarga de trabalho.

As atividades "informais" aparecem como particularmente importantes. É difícil para o homem adicionar outra jornada "formal" à sua jornada assalariada normal. Não apenas seria difícil encontrar a oportunidade, como seria também demasiado extenuante. Não é menos difícil para a mulher casada encontrar um emprego "formal", já que a maioria dos empregadores evita contratá-la, notadamente quando grávida. Até mesmo as "patroas" de empregadas domésticas — uma relação onde frequentemente se confunde o "formal" com o "informal" — demonstram esse tipo de resistência.

Para a própria mulher é também problemático combinar o emprego com a atividade doméstica, já que o primeiro supõe uma jornada de trabalho contínua. A produção doméstica de mercadorias, pelo contrário, permite tal combinação, pois pode ser realizada de forma descontínua. Mesmo outras atividades "informais", ainda que não realizadas no locus doméstico, facilitam essa combinação, ainda que de forma menos harmônica. É por isso que a mulher casada substitui o trabalhar "fora", pelo trabalhar "para fora". O emprego numa fábrica, loja ou instituição pública implicaria numa inversão do padrão ideológico da organização familiar, já que o tempo dedicado às tarefas domésticas seria aquele que sobra ao término de uma jornada de trabalho. Em outras palavras, o "lar" ficaria subordinado à "rua"⁽¹⁾. Pela via das atividades "informais", notadamente as de locus doméstico, o "trabalho", ao contrário, se subordina à organização do consumo familiar.

Em boa medida o trabalho feminino pode ser visto como uma extensão das tarefas domésticas tradicionais, pois em geral a mulher, particularmente quando casada, trabalha como costureira,

(1) Deve-se notar que "lar" se opõe simbolicamente a "rua", sendo o primeiro o domínio feminino e o segundo o domínio masculino. Uma confusão de limites entre tais domínios produziria ambiguidade e "perigo", nos termos de Douglas (1970). Em outro plano, "lar" significa sagrado e "rua" conota profano, ou puro e simples ruído. Tais construções simbólicas relacionam-se a concepções relativas a homem e a mulher.

doceira, "crecheira", etc. Ocorre então uma transferência de "dotes domésticos" para a esfera da produção, redefinindo-se o significado de uma socialização tradicional voltada para o "lar". O trabalho feminino voltado para a produção está portanto ligado àquele referente ao consumo da família. Não apenas pela transferência de "know how" acima referida, mas também porque, com os mesmos meios de produção atende-se a ambas as esferas da economia doméstica. Ademais, o trabalho produtivo pode prover "insumos" para o consumo doméstico. É o caso, por exemplo, de costureiras que vestem "as crianças" com as sobras calculadas que resultam do superdimensionamento da quantidade de tecido a ser comprada pelo freguês.

Conforme observa Fausto Neto:

"... para a grande maioria das famílias estudadas o trabalho da mulher não implica necessariamente num afastamento total do lar. Assim, predominam os tipos de ocupação 'não formais', onde apenas parte do tempo é dedicado às tarefas para fregueses. Além disso, muitas das ocupações rentáveis, de natureza semelhante às realizadas no âmbito doméstico, não constituem uma ruptura com o "afazer familiar", mas são muito mais uma extensão do mesmo.

.....
 ... os tipos de trabalho rentável realizado por grande parte das mulheres (de natureza semelhante aos realizados para o consumo familiar) são executados dentro da própria casa. Esta torna-se, portanto, um local não apenas de consumo, mas de produção de bens e serviços destinados à venda" (Cf. Fausto Neto; 1982:67,70) (1).

A possibilidade de trabalhar em casa não elimina, contudo, a exploração do trabalho feminino. Pelo contrário, por baixo de uma ilusão de autonomia escondem-se formas de "putting out". Como mostra Bilac (1978) o pagamento de mulheres bordadeiras a domicílio é feito parte em dinheiro e parte através das sobras de liti

(1) O fato do trabalho ser realizado no interior da casa não implica, contudo, uma contaminação de domínios. Pelo contrário, como indica o estudo de Moortmann (1983) entre oleiros e o de Andrade (1983) sobre um empreendimento comercial familiar, ambos no DF, há uma notável preocupação em manter separados os dominios do público e do privado, estabelecendo-se fronteiras simbólicas dentro da própria casa enquanto edificação.

na. A bordadeira não é obrigada a devolver a linha que sobra e, depois de algum tempo, terá acumulado uma certa quantidade que é então comprada de volta pelo intermediário a um preço que ele próprio estipula. Para o intermediário, isso representa uma estratégia de minimização de custos; para a bordadeira significa a ilusão de uma renda extra derivada não do trabalho mas de outro mercado cuja preço, todavia, ela não controla. Isto explica a "lealdade" de costureiras e bordadeiras para com um mesmo intermediário, assim como o empenho deste em sempre manter a mesma mulher a seu serviço (Cf. Bilac, 1978:64).

Jelin (1976) mostra que grande parte da força de trabalho de Salvador é ocupada na produção simples de mercadoria, de caráter "informal". Mais importante ainda é a constatação de que a maioria das mulheres que trabalham o fazem em atividades "informais". Por outro lado:

"Quase 40% das mulheres ocupadas na produção simples de mercadorias trabalham menos de quatro horas por dia, o que indica haver uma dedicação apenas parcial as tarefas remuneradas, frequentemente em atividades semelhantes às realizadas no âmbito doméstico ... as mulheres casadas com filhos dispõem de menos tempo para trabalhar para terceiros e preferem o trabalho em suas próprias casas ou acertos informais que podem ser desfeitos quando a situação familiar o exige. Isto é, para uma grande proporção das produtoras independentes, a atividade central é a de dona-de-casa e o trabalho remunerado a ela se subordina, dependendo das pressões e obrigações familiares" (Cf. Jelin, 1976:65-66).

O que se observa, então, é não apenas uma subordinação da família ao capital, que nela sem dúvida se projeta, redefinindo os conteúdos e os limites de seus papéis. Pode-se deduzir também outro aspecto crucial: o chamado "setor informal" estabelece uma mediação entre a lógica do capital e a lógica da família. Não só contribue para reproduzir o capital e a força de trabalho, mas também para reproduzir a família. É por sua via que a família do trabalhador se torna família trabalhadora sem deixar de ser família, enquanto construção ideológica.

A participação da mulher em atividades produtivas

pende, de outro lado, do ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico, e também do ciclo de desenvolvimento da rede de parentesco (Cf. Ridley, 1978). Pode-se isolar três estágios básicos neste ciclo. O primeiro, quando o casal é jovem, caracteriza-se por uma forte dependência sobre o trabalho do marido, pois é difícil para a jovem mãe envolver-se no trabalho produtivo. Quando isto se torna necessário, três estratégias são acionadas, alternativa ou simultaneamente: residir com os pais da esposa; agregar um parente ao grupo doméstico; viver próximo aos parentes da mulher, transferindo-lhes o cuidado com os filhos pequenos. Tais estratégias suportam sempre grupos domésticos em estágios diferenciados dentro de uma rede de parentesco. Quanto à agregação de parente, se for mulher será encarregada de tarefas domésticas, liberando a esposa para atividades geradoras de renda; se for homem, sua contribuição financeira poderá liberar a dona de casa de outras atividades. Tanto a agregação de parentes como a família extensa são "explicadas" pela ideologia de parentesco, mas resultam de uma relação de necessidade. O parente agregado é necessário para a economia doméstica, e o grupo doméstico é necessário para o parente agregado. Tanto essa agregação como a família extensa, ainda que baseadas em princípios de parentesco, contradizem a ideologia da família nuclear, e o casal terá de renunciar temporariamente a seus valores culturais para produzir valores econômicos (Woortmann, 1982). Residir próximo aos parentes matrilaterais é uma tendência recorrente, mas que pode ser bloqueada pela dinâmica do mercado imobiliário, ou pelo próprio planejamento habitacional (Cf. Valadares, 1978). Favelas ou invasões podem constituir soluções, neste sentido.

Ao longo desse estágio a participação da mulher na geração de renda tende a decrescer, dado o incremento do número de filhos, atingindo um nível mínimo entre as idades de 30 a 40 anos. Isto pode, no entanto, ser relativizado pelas estratégias de parentesco mencionadas, e pelo tipo de atividade produtiva. O "negócio" (comércio) doméstico parece tornar mais fácil a compatibilização de papéis concorrentes, domésticos e produtivos.

O segundo estágio, para a mulher, é caracterizado por

um aumento em sua atividade geradora de renda. Sua experiência atingiu um máximo, seja quanto ao consumo familiar ou com relação ao trabalho "para fora". Ao lado da mulher, outros membros do grupo doméstico são ou projetados no mercado de trabalho ou incorporados à produção doméstica. Neste estágio, a contradição gerada pela adição de trabalho remunerado às tarefas "do lar", é substituída por uma redistribuição de atividades no interior do grupo doméstico, sob a supervisão da dona de casa, e é neste estágio que o status de mãe de família atinge seu máximo. Ela se torna agora,

"... a grande articuladora do orçamento doméstico, que é agora estruturado a partir das contribuições de diferentes membros, cabendo-lhe a definição do quantum e a arrecadação das contribuições.

.....
 ... todas as tarefas ... anteriormente ... executadas pelas mulheres na primeira fase, começam aqui a ser subdivididas. Na divisão, a mãe continua, entretanto, sendo a grande responsável por todas elas e a pessoa que toma todas as decisões, mesmo que, na execução concreta, parte das mesmas seja 'delegada' a outros membros do grupo familiar" (Cf. Fausto Neto, 1982:74; 79).

Neste segundo estágio o grupo doméstico tende a ser formado por uma família nuclear. A agregação de parentes e o arranjo representado pela família extensa não são mais necessários. A redistribuição de atividades acima referida torna possível a realização do princípio da família nuclear.

Durante todo o ciclo de desenvolvimento a mãe retém certos papéis centrais, ligados à reprodução da família e de sua força de trabalho. A cozinha é o foco central desses papéis, e cozinhar é considerado de "grande responsabilidade". Numa situação de escassês — mesmo que de escassês planejada, como veremos adiante — o cozinhar não pode ser sujeito a erros; nada pode ser desperdiçado. Conforme observa Souto de Oliveira (1977), o principal "tabu alimentar" é o tabu do desperdício.

Os motivos econômicos não são porém a única razão desse "monopólio da cozinha". Ele também envolve uma dimensão ideológica, pois é o controle desse domínio que define simbolicamente a autoridade da dona de casa e o prestígio da mãe de família. Isto

nifica certamente sobretrabalho, mas daí não se deve inferir que a dona de casa seja uma esposa passiva e subserviente. Nossos próprios dados para a Bahia (Woortmann, 1975) e as observações de Fausto Neto conduzem conclusões idênticas.

"É óbvio que, com tudo isso, não tem sentido centrar a teorização sobre a mulher operária na passividade, na falta de iniciativa, na submissão ao homem ou na prisão alienante do lar. Se uma visão mais ou menos superficial da situação da mulher, ou um contato rápido com a mesma, poderia levar a esse tipo de conclusão, uma penetração maior no seu cotidiano permite conclusões exatamente contrárias. Pensamos que, dentro de certo nível, o que se pode verificar é, muito ao contrário do que tradicionalmente se atribui à mulher caseira, uma grande capacidade de iniciativas e de planejamento (e execução) de estratégias de sobrevivência, tanto de produção de renda como de consumo, além de níveis significativos de autonomia, inclusive e principalmente em relação ao homem" (Cf. Fausto Neto, 1982:85; grifos no original).

Para o marido, o primeiro estágio pode representar considerável desgaste do corpo (Costa, 1978), o que pode ser minimizado pela combinação entre o "emprego" e o "serviço". Muito frequentemente tal combinação significa o uso das mesmas habilidades e dos mesmos instrumentos de trabalho em ambas as atividades, como é o caso dos trabalhadores especializados estudados por Barbosa Alvim (1979) que também trabalham "informalmente" em oficinas ou por conta própria.

Outra alternativa é combinar o trabalho assalariado com o pequeno comércio de base doméstica, ou a combinação das três atividades — emprego "formal", biscoite e "negócio" — em "sociedade" com a esposa, através de um fluxo de insumos: os ganhos e o "know how" obtidos no emprego são investidos na produção informal e o "lucro" aqui obtido é investido no negócio familiar. Por outro lado, esse negócio, geralmente de alimentos, bebidas e artigos de armarinho, repousa sobre a experiência da mulher enquanto dona de casa, compradora habitual no mercado, para o consumo da família. Segundo nos disse uma mulher de Brasília: "para saber vender é preciso saber comprar", uma observação que não é estranha ao que foi registrado por Melo Marin (1979) para a Paraíba: para preparar uma

refeição adequada (tanto do ponto de vista nutricional como econômico) é preciso saber comprar comida:

"... se a vivência da pessoa leva ao conhecimento do produto, ela também faz com que esse conhecimento seja necessário, pois deve haver uma correspondência entre a constituição do produto e as necessidades das pessoas que o utilizam" (Cf. Melo Marin, 1979:161).

Assim, pode-se falar num reinvestimento do saber da do na de casa na esfera do negócio doméstico. Se outras atividades fe mininas são também reorientações de uma socialização tradicional, torna-se necessário relativizar a oposição entre papéis domésticos e atividades produtivas. A experiência da dona de casa se torna também instrumental quando se trata de comprar um pouco mais de comida que o necessário para o consumo, ou reduzir este — sem afetar sensivelmente a reposição da "força para trabalhar" — para gerar um "excedente" a ser vendido (Cf. Machado da Silva, 1979). Negociar, então, pode ter como suposto ser dona de casa. E, note mos, é pelo "setor informal" que se torna possível a relativização que acima propuzemos.

Durante esse primeiro estágio, o marido começa a desen volver um mercado "informal" para suas habilidades, em combinação com um emprego "formal". Este deve estar sempre presente nas estra tégias de reprodução, mas para o pai de família é altamente desejá vel que ao final deste estágio já tenha desenvolvido seu próprio mercado ou seu negócio, pois o seguinte provavelmente o encontrará em situação de "desemprego formal"⁽¹⁾.

Aos 40 ou 45 anos de idade a posição de chefe poderá es tar ameaçada, a depender do sucesso na construção de um mercado "informal" para seu trabalho ou seus produtos. Nesta idade, como assinala Oliveira (1972) cresce a instabilidade no trabalho e o

(1) Assentamentos urbanos informais, como favelas ou invasões são particularmente propícios para tais estratégias. Por isso, exi bem um mercado não formalizado de trabalho ou "negócios" bes tante considerável. Algumas famílias estudadas em Brasília mo ravam em invasões não por não terem dinheiro, mas porque alf fazem dinheiro.

"turnover" da mão-de-obra assalariada. Os filhos terão atingido idade produtiva e a mãe poderá estar ativamente engajada na produção "para fora", além de reter os papéis centrais relativos ao consumo familiar. Ela se torna também o ponto focal da rede parentesco (Cf. Woortmann, 1975)⁽¹⁾. Sua ascendência sobre a família depende, não apenas de estar produzindo, mas também de uma sabedoria acumulada, derivada do próprio domínio doméstico que supostamente implica sua subordinação. Alguns filhos poderão estar fora do grupo doméstico — mas continuam ligados à família e continuam a contribuir para as finanças desta. Conforme observamos em Salvador, o dinheiro que esses filhos remetem "para casa", é quase sempre destinado à mãe, e não ao pai. A atividade econômica dos filhos não ameaça seu status, mas ameaça o do pai, cujo trabalho pode se transformar em "ajuda". Para permanecer pai — "pater", mais que "genitor" — ele deve permanecer produtivo, e para tanto é crucial que tenha desenvolvido um "negócio" ou construído um mercado "informal" no estágio precedente.

No terceiro estágio os pais poderão se tornar dependentes dos filhos ou não. A posição do casal em conjunto dependerá do sucesso no desenvolvimento de algum tipo de atividade "informal" e da capacidade de reter uma força de trabalho familiar (assim como da posse de uma casa). A situação é análoga àquela analisada por Mendels (1955) para camponeses: durante a vida ativa dos pais os filhos representam o "révenue du travail"; na velhice representam o "révenue de vieillesse".

O ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico pode ser, todavia, planejado, assim como sua composição. Observamos isso entre camponeses da Amazônia (Woortmann, 1976). Já nos referimos aqui à inclusão de agregados. Bilac (1978) observa ainda outra dimensão, ou estratégia: o planejamento do processo de desenvolvimento pela expulsão de alguns membros e pela inclusão de outros; pela promoção de uma dispersão artificial, ou fazendo com que os es

(1) Dado o significado dessas redes, em função de princípios de reciprocidade, como estruturas de mobilização de recursos e de acesso a oportunidades de trabalho, também nesse plano a mulher exerce um papel central na reprodução da família.

tágios de expansão e de dispersão se superponham. O mesmo se observa em Brasília com a colocação de filhas como empregadas domésticas: elas continuam contribuindo para o orçamento doméstico (incluindo um fluxo de bens de consumo da casa da "patroa" para a empregada) ou para a acumulação de um "capital" a ser investido pela família, mas não são consumidoras.

Através do ciclo de desenvolvimento processa-se uma contínua mas variável articulação entre o trabalho assalariado, as atividades domésticas para consumo, e a produção simples de mercadorias, de caráter "informal". Haverá sempre algum membro do grupo doméstico com emprego assalariado formal. No primeiro estágio o pai geralmente combina trabalho assalariado com trabalho por conta própria. Em estágios subsequentes outros membros estarão ocupados em empregos formais, enquanto o pai poderá ser um trabalhador "autônomo" em tempo integral — com a especificidade de ser um tempo que, em boa medida, ele mesmo determina. Mas é necessário ter sempre algum membro da família formalmente empregado. Se o salário é insuficiente, o emprego que lhe corresponde é fundamental para as estratégias da família, pois é através dele que a família tem acesso à previdência social. É o emprego também que dá acesso ao crédito para as compras a prestação⁽¹⁾.

O salário é frequentemente insuficiente para cobrir tanto a subsistência como a aquisição de bens relativamente caros. O que se observa então é que as prestações são pagas com os ganhos obtidos em atividades "informais". Enquanto estas geram o dinheiro para pagar as prestações, o emprego assalariado gera o status legal que torna possível a compra a prazo. Assim, ainda que o salário seja insuficiente, o emprego de qualquer membro da família será sempre de importância fundamental em sua articulação estratégica com a produção "informal". Distribuir seus membros pelos dois

(1) Com grande frequência encontramos em Brasília trabalhadores que alternam períodos de trabalho "fichado" com o trabalho por conta própria, para estarem sempre "em dia com os documentos". Isto significa também uma alternância entre situações de baixo salário, mas que abrem o acesso à previdência, com outras de remuneração mais elevada..

mercados de trabalho, formal e informal, segundo cálculos de rentabilidade máxima de cada indivíduo em cada mercado é uma das estratégias básicas da família trabalhadora⁽²⁾.

O emprego assalariado tem ainda outro significado. Já vimos que parte do salário pode ser investido no negócio familiar, como um de seus pontos de partida. Outra estratégia, tal como observada por Machado da Silva (1979) é o investimento do FGTS, através de uma demissão planejada, envolvendo um cálculo bastante complexo de potencialidades de mercado, disponibilidade de força de trabalho no grupo doméstico, etc.. Alternativamente, o empregado pode se "encostar no Instituto", obtendo uma aposentadoria que permita o cálculo de um patamar mínimo de subsistência, e devotar-se integralmente ao "negócio" ou a outra modalidade de empreendimento familiar ou por conta própria. Evidentemente, apenas aqueles que em determinado momento de seu ciclo de vida foram produtores diretos sob o capital podem acionar tais estratégias.

O trabalho das crianças também se realiza no "setor informal", cuja flexibilidade permite uma melhor articulação com os "afazeres domésticos" e com o estudo. Este último é preocupação constante e tal articulação pode ser vista como o compromisso entre um trabalho presente, necessário, e outro futuro, potencialmente melhor.

Os mercados de trabalho informais poderiam ser vistos como o ponto de encontro dos "jovens demais" com os "velhos demais", assim definidos pela ótica do empregador capitalista. Desde o ponto de vista da família, é neles que se empregam as "forças marginais" da família, segundo a expressão de Tepicht (1973). Para o trabalhador manual, o emprego assalariado com uma jornada contínua requer uma combinação de habilidade, experiência e resistência física. Adolescentes ainda não desenvolveram as duas primeiras

(1) O significado da prestação e dos bens de consumo durável como forma de acumulação e de "reserva" são analisados por Souto de Oliveira (1977) em seu estudo de uma favela do Rio de Janeiro.

qualidades, enquanto os "velhos"⁽¹⁾ estão perdendo a última. A maior flexibilidade dos mercados não formalizados permite a absorção de ambos.

A observação de Rodrigues, quanto ao trabalho do menor, é importante:

"... o grupo familiar pode oferecer as condições para o trabalho dos meninos. Nesses casos, as crianças passam a ser ajudantes de marcenaria e outras profissões, vendedores de bens alimentícios que são obtidos pelos pais. Observamos, por exemplo, meninos que vendem legumes e verduras que os pais produzem nas lavouras próximas à cidade de Brasília; outros que vendem peixes que os pais pescaram. Existem também os que auxiliam nas atividades produtivas dos pais como ajudantes de motorista, de venda instalada nos barracos e de lavagem de roupa" (Cf. Rodrigues, 1979:55).

O trabalho da criança insere-se portanto numa divisão de trabalho do grupo doméstico como unidade. Um dado importante a observar, ainda que de passagem, pois resulta de pesquisa ainda em andamento, é que, tal como Chayanov registrava para a família camponesa, vista como "workteam", o ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico permite a passagem de formas de cooperação simples para formas complexas, isto é, uma reorganização do arranjo da força de trabalho doméstica, e ao mesmo tempo um processo de socialização e de reprodução do saber produtivo.

Outra observação de Rodrigues é significativa:

"O mercado formal pouco representa em termos de oportunidades para os meninos. É no mercado informal onde eles tem maiores oportunidades de desenvolver sua prática produtiva e com bastante frequência o fazem através da prévia participação dos pais neste último mercado" (Cf. Rodrigues, 1979: 55; grifos nossos).

A família trabalhadora configura-se, portanto, como um

(1) Note-se que o "envelhecimento" do trabalhador é frequentemente provocado pelo próprio trabalho assalariado, quando ao esforço físico se contrapõe um salário insuficiente para a reposição da energia gasta no trabalho e para cuidados de saúde em geral.

sistema, seja na articulação de mercados, na divisão do trabalho, ou na transmissão do saber e das oportunidades.

O trabalho da criança por outro lado, substitue vantajosamente o da mãe enquanto produtora de bens de uso, possibilitando a liberação da força de trabalho do grupo doméstico que é melhor remunerada nos mercados de trabalho. Insere-se, portanto num cálculo de custo de oportunidade, operando o grupo doméstico como unidade de cálculo maximizante. A cada mudança de faixa etária, os filhos são realocados na divisão de trabalho para posições onde podem ser mais produtivos, no contexto de rearranjos globais no grupo doméstico. É o que revela o estudo de Andrade (1983) sobre uma invasão no DF.

Se o trabalho da criança se explica pelos determinantes de uma situação de classe, há dois outros aspectos que merecem ser destacados: não se trata apenas de estratégias de sobrevivência. As pesquisas em curso no DF sob nossa coordenação indicam que, com frequência, tal trabalho faz parte de projetos de ascensão econômica e social fundados sobre cálculos de emprego o mais rentável possível de cada unidade de força de trabalho do grupo doméstico, ao longo do ciclo de vida individual, no contexto do ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico como um todo. A família é, a um tempo, uma coletividade de indivíduos e um "indivíduo coletivo", e uma instituição que, como um todo, medeia entre o indivíduo e a sociedade.

O segundo aspecto refere-se à ordem moral que se cristaliza na família enquanto uma "realizadora" da moralidade do trabalho. Não iremos discutir essa dimensão agora, em toda a sua complexidade. Apontamos apenas para algumas observações de Rodrigues, ainda a respeito do trabalho do menor.

As representações do trabalho da criança organizam-se em torno a duas oposições: aquela entre trabalho e brinquedo, onde este último é percebido como tempo perdido e como aprendizado "do que não presta", e aquela entre trabalho e estudo. Se o trabalho atrapalha o estudo, ele é percebido como conduzindo à "responsabilidade". Assim, o trabalho é também "educação". Ambas as oposi

ções são resolvidas pelo "setor informal".

Rodrigues destaca ainda a relação percebida entre trabalho e saúde. Se a um nível de representações, o trabalho — particularmente o trabalho assalariado braçal — é percebido como destruindo a saúde (Cf. Costa, 1978), a outro nível ele produz saúde:

"... a relação trabalho-saúde se estabelece com base à conformação orgânica do ser humano. O homem tem dentro dele o elemento que pode causar a doença. Este elemento é o 'suor que a pessoa tem no corpo', mas o homem tem o recurso para se livrar deste elemento, o trabalho, de maneira que o não-trabalhar implica em não liberar esse suor e, portanto, favorece a doença — se 'nunca suar ... aquele suor amargo parece que o indivíduo levanta com preguiça, desanimado'. A preguiça e o desânimo são considerados sintomas de doença" (Rodrigues, 1979:42).

Trabalho, corpo, doença/saúde podem então ser analisados como categorias de uma moralidade que une a dimensão natural (corpo, suor, doença) à social (trabalho, tempo, responsabilidade). O grupo estudado por Rodrigues é de origem rural, e os dados empíricos da autora remetem para a necessidade da análise das representações do trabalho num contínuo rural-urbano, e não por dicotomia. Aqui aparece claramente uma percepção do trabalho através de uma ética que sustenta a organização da família trabalhadora: os dois termos desta última expressão são de ordem "moral" (1).

O trabalho da criança está portanto longe de representar uma "desorganização familiar". Pelo contrário, ele integra a família como sistema, mesmo que determinado por uma situação de classe.

Se a família trabalhadora é um sistema organizado, é o "setor informal" que lhe permite trabalhar sem deixar de ser família, minimizando ou neutralizando as contradições nela projetadas.

(1) Em outro trabalho, ainda em elaboração, procuramos explorar a questão de uma moralidade camponesa como elemento fundamental para a construção teórica da categoria "campesinato". Por outro lado, interessa-nos explorar a "campesinidade" da família trabalhadora urbana.

das por sua situação de classe, e "realizando" sua ética.

Se, de um ponto de vista legalista ou fiscal essa "economia invisível" pode ser um problema, desde o ponto de vista antropológico constitui uma solução.

BIBLIOGRAFIA

- ALVIM, M.R. Barbosa - "Notas sobre a família num grupo de operários textéis", in LEITE LOPES, J.S. et alii - MUDANÇA SOCIAL NO NORDESTE; Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1979.
- ANDRADE, Carla C. - "O lar e o bar"; UnB, Mestrado em Antropologia, 1983 (ms).
- BILAC, E. Dória - FAMÍLIAS DE TRABALHADORES: Estratégias de Sobre vivência; Editora Símbolo, São Paulo, 1978.
- BOURDIEU, P. - OUTLINE OF A THEORY OF PRACTICE; Cambridge Univ. Press, 1972.
- _____ - LE SENS PRATIQUE; Editions de Minuit; Paris, 1980.
- BROMLEY, R. & GERRY, C. - CASUAL WORK AND POVERTY IN THIRD WORLD CITIES; John Wiley & Sons, Chichester, 1979.
- COSTA, Ana Maria - RIQUEZA DE POBRE: Um estudo de antropologia da saúde; Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, UnB, 1978 (mimeo).
- CAVALCANTI, C. - VIABILIDADE DO SETOR INFORMAL; I.J.N.P.S., Recife, 1978.
- DAVIES, R. - "Informal Sector or Subordinate Mode of Production?", in Bromley & Gerry, op.cit.
- DOUGLAS, M. - PURITY AND DANGER; Pelican, Harmondsworth, 1970.
- FAUSTO NETO, A.M. Quiroga - FAMÍLIA OPERÁRIA E REPRODUÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO; Vozes, Petrópolis, 1982.

- HART, K. - "Informal income opportunities and urban employment in Ghana", in JOURNAL OF MODERN AFRICAN STUDIES, Vol. 11 (1973).
Primeira versão mimeo de 1971.
- I.L.O - EMPLOYMENT, INCOMES AND EQUALITY: A Strategy for Increasing Productive Employment in Kenya; I.L.O., Genebra, 1972.
- JELIN, E. - "O Trabalho Feminino na Bahia", in DADOS, 12, 1976.
- MACHADO DA SILVA, L.A. - MERCADOS METROPOLITANOS DE TRABALHO ANUAL E MARGINALIDADE; Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Museu Nacional, 1971. MA de
- _____ - "Notas sobre os pequenos estabelecimentos comerciais", in LEITE LOPES et alii, op.cit.
- MELO MARIN, M.C. - "Alternativas de Trabalho e Estratégias de Consumo de Operários numa Grande Cidade Regional", in LEITE LOPES et alii, op.cit., 1979.
- MENDELS, Franklin F. - "La Composition du Ménage Paysan en France au XIX^e Siècle: une analyse économique du mode de production domestique"; ANNALES, 1955.
- MOSER, Caroline O. - "Informal Sector or Petty Commodity Production: Dualism or Dependence in Urban Development?", in WORLD DEVELOPMENT, Vol. 6, nº 9, 1978.
- NOVIÓN, Martín Ibáñez - EL CUERPO HUMANO, LA ENFERMEDAD Y SU REPRESENTACIÓN; Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Museu Nacional, 1976.
- NOVIÓN, Olga C. - MUJER, TRABAJO Y ANTROPOLOGIA; Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, UnB, 1980.
- OLIVEIRA, Francisco - "A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista", in SELEÇÕES CEBRAP, 1972.
- OTT, Ari Miguel Teixeira - O SETOR PROFISSIONAL DO SISTEMA DE CUIDADOS MÉDICOS EM SERGIPE; Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, UnB, 1982.
- RIDLEY, Dominique - UMA MÃO LAVANDO A OUTRA E AMBAS BANHANDO O RITO; Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, UnB, 1978.

- RODRIGUES, Marly E. - SUOR AMARGO: Um estudo sobre o trabalho da criança; Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, UnB, 1979.
- SANTOS, M. - "Economic Development and urbanization in under-developed countries: the two circuits of the urban economy and their spacial implications; ms. 1973.
- SOARES, Simone S.F. - ENLOUQUECER PARA SOBREVIVER; Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, UnB, 1980.
- SOUTO DE OLIVEIRA, J. - HÁBITOS E PADRÕES ALIMENTARES DE UM GRUPO OPERÁRIO DO RIO DE JANEIRO, Museu Nacional, 1977.
- SOUTO DE OLIVEIRA, J. & SANTOS PRADO, R. - O BISCATEIRO COMO UMA CATEGORIA DE TRABALHO; IBGE, mimeo, 1975.
- TEPICHT, J. - MARXISME ET AGRICULTURE: Le Paysan Polonais; Armand Colin, Paris, 1973.
- VALADARES, Licia P. - PASSA-SE UMA CASA: Análise do Programa de Remoção de Favelas no Rio de Janeiro; Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- WEEKS, J. - "Policies for expanding employment in the informal sector of developing countries", in INTERNATIONAL LABOUR REVIEW, V. 111, 1975.
- WOORTMANN, K. - MARGINAL MEN AND DOMINANT WOMEN; Tese de Doutorado, Departamento de Antropologia, Universidade de Harvard, 1975.
- _____ - "Planejamento Familiar entre Camponeses e na Po-
breza Urbana" in PESQUISA ANTROPOLÓGICA, 2, 1976.
- _____ - "Casa e Família Operária", in ANUÁRIO ANTROPOLÓGI-
CO/80, Editora Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 1982.
- WOORTMANN, Ellen F. - "A Construção do Tijolo: o processo de tra-
balho nas olarias familiares do DF"; UnB, Doutorado em Antropo-
logia, 1983 (ms).

U